

# As drogas e a história da humanidade



A vida humana interage num metabolismo complexo com toda a vida natural e, ao transformá-la, também transforma a si mesma. Das interações materiais, além da respiração, as mais importantes são as absorções de líquidos e sólidos pelo corpo: as ingestões. Essas substâncias saciam a sede, a fome e também servem para operar com múltiplos significados culturais de importância central na vida simbólica, religiosa, ideológica. Além dos alimentos em estrito senso, se encontram os alimentos-drogas, que produzem alterações da consciência e do humor e são também chamados de substâncias “psicoativas”.

Os vinhos, as cervejas e todos os fermentados alcoólicos, assim como muitas plantas, entre as quais a papoula, o cânhamo, o chá, o café, a coca, o guaraná e centenas de outras drogas vegetais psicoativas representaram na história da humanidade diversos papéis, todos com profunda relevância, pois alguns foram os grandes analgésicos, os inimigos da dor, física e espiritual, os grandes aliados do sono tranquilo, mas outros também, com usos opostos, os estimulantes e provedores de energias para a caça, o combate e a resistência cotidiana aos males e incômodos da vida.

Além da água, do leite e do mel, o vinho é certamente a bebida mais importante das civilizações mediterrânicas e depois, por extensão, da cristandade. Outras substâncias, chamadas de “alucinógenas”, como cogumelos boreais, cactos americanos, cipós e folhas amazônicas, também têm usos sagrados, xamânicos ou iniciáticos na tradição mestiça da América (teonanactl, peiote, ayahuasca).

A questão do uso de drogas não se constitui, assim, apenas como um “problema”, mas faz parte da cul-

tura humana há milhares de anos como um instrumento de estímulo, consolo, diversão, devoção e intensificação do convívio social.

Existem, certamente, aqueles que se excedem. Os que até mesmo se destroem nos usos compulsivos e nas consequências sociais da negligência e da incúria. O excesso é sempre uma fronteira difícil de se calcular precisamente nas idiosincrasias de cada um e de cada sociedade em particular, nas fases da vida, nas formas de se autoconhecer. Localizar essa fronteira em cada um sempre foi um desafio da Psicologia, assim como da chamada “filosofia moral”. Afinal, o excesso ou o vício não são apanágios apenas das drogas, mas características incentivadas dos produtos da cultura material em geral numa lógica consumista do mercado capitalista.

Diante dos riscos dos maus usos das coisas em geral, e dos prazeres em particular, seja do vinho ou do ópio, da comida, da bebida ou da luxúria, abriu-se um intenso e interminável debate entre os filósofos, os médicos e os teólogos, funções que em muitas épocas eram difíceis de separar.

## Abstinência ou temperança?

Tal foi a questão que dividiu as águas e cuja resposta marcou quase um consenso da Filosofia moral da antiguidade, pois os abstencionistas, como os espartanos, por exemplo, se tornaram muito minoritários. Muitas obras na antiguidade foram intituladas como “banquete” (*symposium*), com o relato de diálogos que transcorriam ao final de uma comida no momento de se beber vinho. A palavra em grego, simpósio, significa lite-

ralmente “beber junto”. A filosofia grega, em geral, considerou o vinho uma grande realização cultural humana cujo uso permitia conhecer melhor a si mesmo, servindo assim como um instrumento de educação dos cidadãos. Assim, Platão, Xenofonte, Epicuro, Plutarco e tantos outros vão exaltar a temperança como forma de gerir todos os prazeres, especialmente o da bebida. Equilíbrio, moderação, beber sem perder o autocontrole, tal era a lição clássica. Não abolir a tentação, mas domá-la.

O judaísmo, por sua vez, não só vê no vinho um alimento e um remédio, como o sacraliza, usando-o como um dos instrumentos de devoção. O cristianismo vai mais além e encarna no vinho a própria divindade. Na colonização europeia, a uva da vinha acompanha a cristianização, enfrentando-se sistematicamente com outras plantas associadas a divindades indígenas. Mas foi de uma planta do Extremo-Oriente, a cana-de-açúcar, que vieram a ser produzidas as duas drogas mais emblemáticas da era do mercado mundial – o açúcar e a aguardente –, desenhando e moldando com seu sistema produtivo tanto a escravidão africana como a incorporação do doce à dieta global, tanto as colônias da América como as manufaturas da Europa.

Viciadas em açúcar, em aguardente, em tabaco, em café, em chá, em chocolate, em ópio, assim as populações mundiais expandiram o comércio exterior, alimentaram os tributos estatais, foram estimuladas nas fábricas e nas grandes plantações.

Diante do aumento do consumo de drogas da época moderna foram retomados os temas de um debate muito antigo sobre a adequação maior da abstinência ou da tolerância e da educação para a temperança. No mundo anglo-saxão, sob forte influência de correntes puritanas do metodismo e de outros grupos religiosos, uma frente política passou a defender, desde o século XIX, uma atitude extrema: a proibição do álcool, do tabaco, e de muitas outras drogas de uso recreativo.

Essa posição venceu temporariamente nos Estados Unidos desde 1919 até 1933, com a Lei Seca proibindo a fabricação e a venda de bebidas alcoólicas. Mesmo com sua revogação, entretanto, o espírito puritano proibicionista continuou a influir desde então no mundo, tornando-se até mesmo doutrina oficial das Nações Unidas.

Organismos da área da saúde, da educação, da pesquisa científica, dos direitos humanos e de defesa dos

interesses de camponeses têm se associado para denunciar o caráter antidemocrático e completamente inviável da política belicista de uma guerra contra algumas drogas que pretende ser possível sua erradicação total. Até o presidente boliviano mascou na própria ONU uma das plantas que segundo a doutrina vigente se supõe que deviam ser erradicadas.

As drogas, como fenômeno múltiplo, de utilizações diversas, com naturezas completamente distintas, que vão do uso cotidiano ao festivo, do uso ritual ao medicinal, e com intensos significados simbólicos e identitários não são algo que possa ser visto apenas como um “problema” que exija “solução”. Não há solução para o “problema” das drogas, muito menos “solução final”. O que, sim, é necessário é uma equiparação do estatuto das substâncias ditas ilícitas com o das lícitas.

O álcool, o tabaco e as drogas da indústria farmacêutica continuam sendo estimulados licitamente com publicidade e incentivos diversos. Outras substâncias, muitas com danos comparáveis muito inferiores (como derivados do cânhamo), continuam proibidas, mas são os primeiros produtos agrícolas da Califórnia e do Canadá em faturamento. Alguns países, de governos fundamentalistas, proíbem o álcool. Outros, ditatoriais, como a China, fuzilam milhares de pessoas a cada ano por acusações de uso ou comércio de drogas.

Como alternativa, devemos lembrar que, como já acontece, de forma registrada, há mais de dois milênios e meio, podem-se gerir as formas de uso das drogas, de forma a fazer prevalecer os valores da tolerância e da temperança, recusando assim a noção coercitiva totalitária da abstinência obrigatória para toda a sociedade.

Todas as drogas deveriam ser legalizadas, com regras estritas de controle de sua venda e de seu uso, com abolição da propaganda e, em vez dela, exigência de informação científica precisa sobre composição, efeitos e validade. Algumas se equiparariam mais aos remédios de uso controlado à venda apenas em farmácias, outras, como ocorre hoje com a cerveja, por exemplo, poderiam ter uma distribuição mais ampla. Sobre todas deveria se praticar e

se educar para um ideal de busca do autocontrole e da temperança, uma educação para o uso equilibrado com a maior redução possível dos danos eventuais, como ocorre em relação a todas as atividades de risco.

Viciadas em açúcar, em aguardente, em tabaco, em café, em chá, em chocolate, em ópio, assim as populações mundiais expandiram o comércio exterior, alimentaram os tributos estatais, foram estimuladas nas fábricas e nas grandes plantações.

Henrique Soares Carneiro é historiador, doutor em História Social e professor de História Moderna no Departamento de História da USP.  
E-mail: henricarneiro@uol.com.br